

Governança de dados no setor público: caracterização do estado da arte por bibliometria e revisão sistemática

 <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2026.v10.2236>

Francimayra Oliveira Cardoso¹
Alexandre de Souza Corrêa²

Data de submissão concluída: 27/5/2026. Data de aprovação: 1º/7/2026. Data de publicação: 17/8/2026.

Resumo – Este estudo tem como objetivo analisar e sistematizar a produção científica sobre governança de dados no setor público, focando na identificação de práticas, modelos, abordagens institucionais e desafios recorrentes. A análise fundamenta-se nos conceitos de governança de dados, qualidade da informação, capacidades organizacionais, coordenação institucional, *accountability* e geração de valor público, compreendendo a governança como um mecanismo estratégico para apoiar a administração pública orientada por dados. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura baseada no *Methodi Ordinatio*, com buscas nas bases *Scopus* e *Web of Science*. O portfólio de 175 artigos foi submetido à análise bibliométrica com o auxílio do software *VOSviewer* e, posteriormente, um subconjunto de nove artigos foi selecionado para análise qualitativa profunda. Os resultados indicam que, apesar do crescimento recente da temática, a literatura apresenta fragmentação em silos disciplinares e baixa integração teórica. A análise permitiu identificar quatro dimensões analíticas centrais: implementação; modelos e estruturas de governança; regulação e conformidade; e uso estratégico para geração de valor público. O estudo contribui ao organizar o campo em dimensões integradas, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias de governança de dados mais consistentes na administração pública. A principal evidência identificada na literatura é que a governança de dados deixou de ser compreendida como um desafio somente tecnológico para ser tratada como uma capacidade institucional. A efetividade das iniciativas depende da existência de estruturas organizacionais, definição de papéis, mecanismos de coordenação e apoio da alta administração, sendo a tecnologia apenas um elemento habilitador desse processo.

Palavras-chave: Análise bibliométrica. Governança de dados. *Methodi Ordinatio*. Revisão sistemática da literatura. Setor público.

Data governance in the public sector: characterization of the state of the art through bibliometrics and systematic literature review

Abstract – This study aims to analyze and systematize the scientific literature on data governance in the public sector, focusing on identifying practices, models, institutional approaches, and recurring challenges. The analysis is grounded in concepts such as data governance, information quality, organizational capabilities, institutional coordination, accountability, and public value creation, viewing governance as a

¹ Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.  francimayra.cardoso053@academico.ufgd.edu.br  <https://orcid.org/0009-0000-2957-2078>  <http://lattes.cnpq.br/6393326525070816>.

² Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor Associado da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.  alexandrecorreia@ufgd.edu.br  <https://orcid.org/0000-0001-7118-5768>  <http://lattes.cnpq.br/9158528817351409>.

strategic mechanism to support data-driven public administration. To this end, a systematic literature review was conducted using the *Methodi Ordinatio* method, with searches performed in the *Scopus* and *Web of Science* databases. A portfolio of 175 articles underwent bibliometric analysis using *VOSviewer* software, and subsequently, a subset of nine articles was selected for in-depth qualitative analysis. The results indicate that, despite the recent growth of the topic, the literature is fragmented across disciplinary silos and lacks theoretical integration. The analysis identified four central analytical dimensions: implementation; governance models and structures; regulation and compliance; and strategic use for public value creation. The study contributes by organizing the field into integrated dimensions, providing insights for the development of more robust data governance strategies in public administration. The key finding from the literature is that data governance has shifted from being viewed merely as a technological challenge to being treated as an institutional capability. The effectiveness of these initiatives depends on organizational structures, role definitions, coordination mechanisms, and top-management support, with technology serving merely as an enabler of the process.

Keywords: Bibliometric analysis. Data governance. *Methodi Ordinatio*. Public sector. Systematic literature review.

Gobernanza de datos en el sector público: caracterización del estado del arte mediante bibliometría y revisión sistemática

Resumen – Este estudio tiene como objetivo analizar y sistematizar la producción científica sobre gobernanza de datos en el sector público, centrándose en la identificación de prácticas, modelos, enfoques institucionales y desafíos recurrentes. El análisis se basa en los conceptos de gobernanza de datos, calidad de la información, capacidades organizativas, coordinación institucional, rendición de cuentas y creación de valor público, entendiendo la gobernanza como un mecanismo estratégico para apoyar la administración pública basada en datos. Para ello, se realizó una revisión sistemática de la literatura basada en *Methodi Ordinatio*, consultando las bases de datos *Scopus* y *Web of Science*. El conjunto de 175 artículos se sometió a un análisis bibliométrico utilizando el software *VOSviewer* y, posteriormente, se seleccionó un subconjunto de nueve artículos para un análisis cualitativo en profundidad. Los resultados indican que, a pesar del reciente crecimiento del tema, la literatura presenta fragmentación en silos disciplinares y una baja integración teórica. El análisis permitió identificar cuatro dimensiones analíticas centrales: implementación; modelos y estructuras de gobernanza; regulación y cumplimiento; y uso estratégico para la creación de valor público. Este estudio contribuye organizando el campo en dimensiones integradas, ofreciendo apoyo para el desarrollo de estrategias de gobernanza de datos más consistentes en la administración pública. La principal evidencia de la literatura especializada es que la gobernanza de datos ya no se entiende como un desafío puramente tecnológico, sino como una capacidad institucional. La eficacia de las iniciativas depende de la existencia de estructuras organizativas, roles definidos, mecanismos de coordinación y el apoyo de la alta dirección, siendo la tecnología simplemente un elemento facilitador en este proceso.

Palabras clave: Análisis bibliométrico. Gobernanza de datos. *Methodi Ordinatio*. Revisión sistemática de la literatura. Sector público.

Introdução

A crescente disponibilidade de dados no setor público tem ampliado significativamente o potencial para a formulação de políticas baseadas em evidências. No entanto, a existência de grandes volumes de dados não garante sua utilização efetiva nos processos decisórios. Conforme evidenciado por estudos recentes, a ausência de estruturas adequadas de governança limita a capacidade das organizações públicas de transformar dados em valor, resultando em iniciativas fragmentadas e pouco efetivas (Haneem *et al.*, 2019; Thompson, Ravindran, Nicosia, 2015). Nesse contexto, a simples digitalização de processos ou ampliação da coleta de dados não se traduz automaticamente em melhores resultados institucionais.

A governança de dados emerge, assim, como um elemento central para a coordenação, integração e uso estratégico dos ativos informacionais no setor público. De forma geral, trata-se de um conjunto de práticas, mecanismos institucionais e arranjos organizacionais voltado à definição de responsabilidades, direitos decisórios e padrões de gestão ao longo do ciclo de vida dos dados (Barbieri, 2020; Khatri, Brown, 2010). Estudos recentes indicam que a governança de dados deve ser compreendida como um problema de ação coletiva, especialmente em contextos públicos caracterizados por múltiplos atores e elevada complexidade institucional (Benfeldt, Persson, Madsen, 2020; Gegenhuber *et al.*, 2023), nos quais desafios de coordenação e capacidades organizacionais dificultam sua implementação (Benfeldt, Persson, Madsen, 2020).

Além disso, a literatura destaca que a qualidade dos dados constitui condição essencial para a efetividade das políticas públicas. Dimensões como precisão, consistência e confiabilidade são amplamente reconhecidas como requisitos fundamentais para sustentar decisões organizacionais e processos de prestação de contas (Carvalho, Melo, 2018; Dama, 2017). Contudo, estudos recentes indicam que desafios relacionados à qualidade e à integração de dados permanecem recorrentes, mesmo em contextos de elevada maturidade digital (Yukhno, 2024), evidenciando a necessidade de abordagens mais estruturadas de governança, pois a elevação da maturidade em governança digital requer uma abordagem sistêmica e contínua, integrando liderança estratégica, capacitação profissional, inovação tecnológica e mudanças nas culturas organizacionais (Cardoso; Moreira; Parente, 2025).

No plano internacional, experiências de transformação digital demonstram que a integração de dados e a interoperabilidade institucional podem contribuir para a oferta de serviços públicos mais eficientes e orientados ao cidadão. Entretanto, tais iniciativas também têm evidenciado desafios relacionados à coordenação interorganizacional, à proteção de dados e à governança de ecossistemas complexos (Donge, Bharosa, Janssen, 2022; Nikiforova *et al.*, 2025). Nesse sentido, estudos recentes têm enfatizado a necessidade de compreender a governança de dados a partir de uma perspectiva sistêmica e evolutiva, considerando os chamados ecossistemas de dados públicos como arranjos sociotécnicos dinâmicos, nos quais atores, tecnologias e instituições coevoluem ao longo do tempo.

Adicionalmente, a crescente digitalização tem ampliado o debate sobre aspectos éticos, regulatórios e de direitos digitais associados ao uso de dados. Em diferentes contextos internacionais, observa-se a ausência de estruturas integradas de governança capazes de lidar com desafios como proteção de dados, transferências internacionais e uso indevido de informações, evidenciando lacunas na coordenação global e na definição de padrões comuns (Kuzio *et al.*, 2022). No contexto europeu, por exemplo, a construção de ecossistemas de dados orientados ao interesse público tem sido associada à necessidade de fortalecer infraestruturas institucionais e

mecanismos de governança capazes de assegurar direitos digitais, transparência e *accountability* (Calzada; Almirall, 2020).

No Brasil, avanços institucionais recentes, como o Decreto nº 10.046/2019 e a Plataforma Conecta GOV.BR, reforçam a crescente relevância da governança de dados na agenda pública, ao mesmo tempo que evidenciam a necessidade de consolidação de práticas e modelos mais estruturados (Brasil, 2019, 2020).

Apesar do crescimento da produção científica sobre governança de dados, a literatura ainda apresenta elevado grau de fragmentação, com estudos frequentemente concentrados em dimensões específicas, como aspectos tecnológicos, organizacionais ou regulatórios, analisados de forma isolada. Essa dispersão dificulta a construção de uma compreensão integrada do campo e limita o desenvolvimento de modelos analíticos capazes de orientar tanto o avanço teórico quanto a implementação prática da governança de dados no setor público (Abraham; Schneider; Vom Brocke, 2019).

Diante desse cenário, identifica-se uma lacuna relevante na literatura no que se refere à sistematização e integração das diferentes abordagens sobre governança de dados no setor público. A ausência de sínteses estruturadas compromete o avanço cumulativo do conhecimento e dificulta a aplicação prática dos conceitos desenvolvidos na literatura acadêmica.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar e sistematizar a produção científica sobre governança de dados no setor público por meio de uma revisão sistemática da literatura, buscando identificar práticas, modelos, abordagens institucionais e desafios recorrentes, bem como evidenciar lacunas e direções para pesquisas futuras. Ao fazê-lo, o trabalho contribui para a consolidação do campo, oferecendo uma visão integrada do estado da arte e apoiando o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de governança de dados na administração pública.

Materiais e métodos

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, com abordagem multimétodos, combinando técnicas bibliométricas e análise qualitativa, com o objetivo de identificar, analisar e sistematizar a produção científica sobre governança de dados no setor público.

Para a condução da revisão, adotou-se o *Methodi Ordinatio*, proposto por Pagani, Kovalski e Resende (2015) e atualizado por Pagani *et al.* (2023), em razão de sua capacidade de integrar critérios bibliométricos e temporais na seleção e priorização de estudos relevantes. A escolha desse método justifica-se por sua adequação a campos de pesquisa emergentes e multidisciplinares, nos quais a literatura apresenta elevada dispersão temática e conceitual.

A operacionalização da revisão seguiu as nove etapas propostas pelos autores do método. Inicialmente, foi definida a questão de pesquisa que orienta o estudo: quais práticas, modelos e iniciativas relacionadas à governança e à gestão de dados no setor público são discutidas na literatura científica?

A busca foi realizada nas bases *Scopus* e *Web of Science*, selecionadas por sua abrangência e relevância nas áreas de administração, tecnologia e políticas públicas. A coleta de dados ocorreu em fevereiro e março de 2026, sendo considerados artigos publicados sem restrição temporal inicial e redigidos em língua inglesa. Optou-se por restringir a amostra a artigos publicados em língua inglesa por concentrar a maior parte das publicações indexadas nas bases *Scopus* e *Web of Science*. Reconhece-se, entretanto, que essa decisão pode ter limitado a inclusão de pesquisas relevantes publicadas em outros idiomas, constituindo uma limitação do estudo.

A estratégia de busca foi estruturada a partir de dois blocos conceituais principais: (i) governança de dados e (ii) setor público. A fórmula de busca adotada foi: (“*data governance*” OR “*information governance*” OR “*data stewardship*”) AND (“*public sector*” OR “*public administration*” OR “*government*”). As buscas foram realizadas nos campos título, resumo e palavras-chave, respeitando as especificidades de cada base.

Os registros recuperados foram exportados para um gerenciador de referências, permitindo a organização dos dados e a identificação de duplicidades. O processo de filtragem ocorreu em três etapas: (i) remoção de registros duplicados; (ii) exclusão de documentos que não se configuravam como artigos científicos ou que apresentavam informações bibliográficas incompletas, tais como artigos de conferências, capítulos de livros, editoriais, notas técnicas e revisões não indexadas; e (iii) análise de títulos, resumos e palavras-chave para verificação de aderência ao tema, como estudos que abordavam explicitamente a governança de dados, a gestão de dados ou mecanismos correlatos aplicados ao contexto do setor público, administração pública ou governo. Também buscou-se excluir estudos que tratavam apenas de aspectos tecnológicos, computacionais ou de gestão de dados em organizações privadas, sem relação direta com a administração pública ou com mecanismos de governança.

O total inicial foi de 653 registros, dos quais 135 foram removidos por duplicidade. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, foram excluídos 125 documentos por tipo de publicação e 218 por não aderência temática, resultando em um portfólio preliminar de 175 artigos, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 – Procedimentos de filtragem e composição do portfólio bibliográfico

Procedimentos de filtragem	Artigos excluídos
Número inicial de artigos identificados	653
Artigos duplicados excluídos	135
Exclusão por tipo de documento	125
Exclusão de artigos fora do tema	218
Total de artigos excluídos	478
Número final de artigos no portfólio	175

Fonte: elaboração própria (2026)

Após a etapa de filtragem, os artigos foram submetidos ao processo de ranqueamento por meio do índice InOrdinatio, operacionalizado com o auxílio de planilha automatizada, conforme proposto pelos autores do método (Pagani *et al.*, 2023). O índice considera, de forma integrada, métricas relacionadas ao impacto do periódico, número de citações e ano de publicação, permitindo a ordenação dos estudos segundo sua relevância científica.

A partir do ranqueamento obtido, procedeu-se à definição do portfólio final da pesquisa. Para tanto, adotou-se um critério de corte baseado na proporção do maior valor do índice InOrdinatio identificado na amostra, selecionando-se os artigos com valores iguais ou superiores a 50 % do maior índice encontrado. Esse procedimento está alinhado a aplicações empíricas do método, nas quais se prioriza a seleção de estudos de maior relevância científica a partir de critérios relativos, evitando a adoção de limites arbitrários fixos. Embora esse critério apresente natureza relativa, sua adoção permite reduzir vieses associados à definição de limiares absolutos, favorecendo a seleção dos estudos mais influentes dentro do conjunto analisado.

A aplicação desse critério resultou em um portfólio final composto por nove artigos, considerados os mais relevantes no contexto da literatura analisada. Este subconjunto foi submetido à leitura integral e à análise qualitativa por meio da técnica de análise temática, focada na extração de categorias que respondessem à pergunta de pesquisa.

Essa estratégia buscou concentrar a análise aprofundada nos trabalhos de maior relevância científica, considerando simultaneamente impacto do periódico, número de citações e atualidade das publicações. A opção por um subconjunto reduzido de estudos é compatível com revisões sistemáticas que combinam análise bibliométrica e análise qualitativa, pois permite realizar leitura integral e interpretação aprofundada do conteúdo, preservando o rigor analítico sem comprometer a representatividade dos principais referenciais do campo. O conjunto de nove artigos mostrou-se suficiente para identificar padrões recorrentes, convergências e divergências conceituais, subsidiando a construção das quatro dimensões analíticas propostas.

Adicionalmente, foi realizada uma análise bibliométrica com o objetivo de explorar a estrutura relacional e temática da produção científica sobre o tema, a partir do portfólio ampliado de 175 artigos. Essa abordagem permite compreender não apenas a distribuição da produção científica, mas também a organização estrutural do campo, por meio da identificação de padrões de colaboração e proximidade conceitual. Para tanto, utilizou-se o software *VOSviewer*, amplamente empregado na construção e visualização de redes científicas. A análise contemplou duas abordagens principais: (i) coautoria, visando a identificar padrões de colaboração entre pesquisadores; e (ii) coocorrência de palavras-chave, com o objetivo de mapear a estrutura temática da literatura.

Na análise de coautoria, adotou-se como unidade de análise os autores dos artigos, sendo estabelecido um critério mínimo de número de documentos por autor, de modo a garantir a relevância dos nós incluídos na rede. Na análise de coocorrência, foram consideradas as palavras-chave fornecidas pelos autores, também com definição de limiar mínimo de ocorrência para inclusão na rede.

Os mapas gerados foram analisados com base na proximidade entre os elementos, na intensidade das conexões e na formação de clusters, permitindo identificar padrões de organização relacional e temática no campo de estudo. Os resultados dessas análises foram posteriormente integrados à etapa qualitativa da pesquisa.

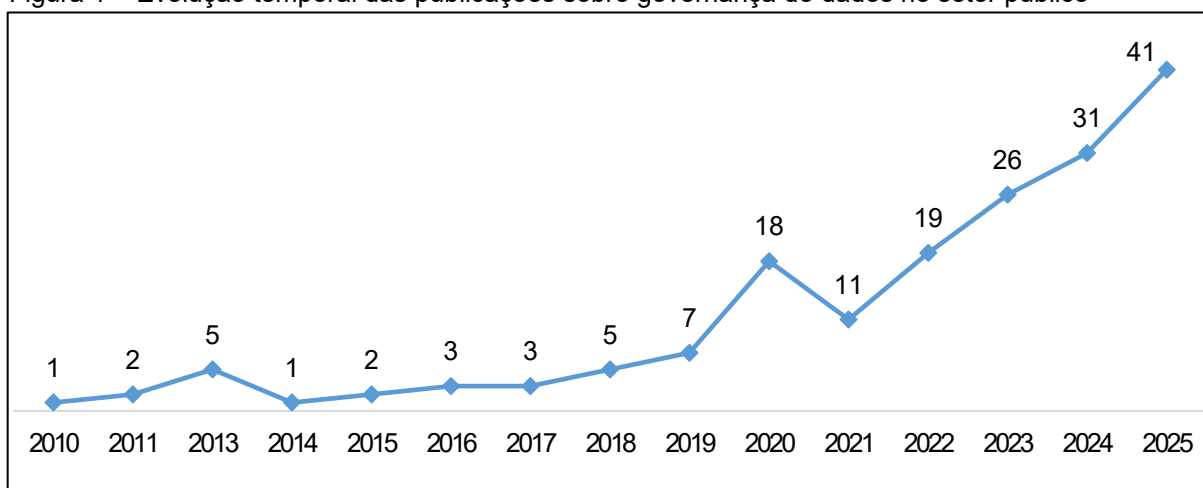
Resultados e discussões

Estrutura e evolução da produção científica

A busca nas bases *Scopus* e *Web of Science* resultou no total inicial de 653 estudos. Após os procedimentos de filtragem, descritos na seção metodológica, conforme quadro 1, obteve-se um portfólio bibliográfico composto por 175 artigos.

A distribuição temporal das publicações evidencia um crescimento progressivo da produção científica, com inflexão significativa a partir de 2020, conforme ilustrado na figura 1. Até 2018, a produção sobre governança de dados no setor público apresentava baixa expressividade. A partir de 2019, observa-se uma expansão consistente, intensificada no período de 2021 a 2025.

Figura 1 – Evolução temporal das publicações sobre governança de dados no setor público



Fonte: dados da pesquisa (2026)

Esse comportamento pode ser associado a transformações recentes no contexto global, especialmente no período da pandemia de covid-19, que atuou como catalisador da adoção de tecnologias digitais no setor público. Evidências indicam que esse processo acelerou o uso de ferramentas baseadas em dados para monitoramento, rastreamento e formulação de políticas públicas, ampliando o papel da informação na ação estatal (Almeida *et al.*, 2020; Li, Ma, Wu, 2022). Esse movimento também intensificou preocupações relacionadas à governança de dados, especialmente no que se refere à privacidade, segurança e uso de dados pessoais, contribuindo para a ampliação do interesse acadêmico na temática a partir de 2020.

No entanto, o crescimento quantitativo não é acompanhado por uma consolidação teórica equivalente. A análise da autoria revela elevada dispersão, com predominância de autores com uma ou duas publicações, e ausência de um núcleo consolidado de pesquisadores. Entre os autores com maior recorrência destacam-se Elizabeth Shepherd (Shepherd *et al.*, 2020; Shepherd, Stevenson, Flinn, 2010, 2011a, 2011b), Alice Stevenson, Masaru Yarime e Fernando Filgueiras, evidenciando também a inserção da temática no contexto brasileiro. Esse padrão indica baixa concentração de produção científica em grupos consolidados de pesquisa, sugerindo a existência de fragmentação do campo, característica de áreas em consolidação.

Essa interpretação é reforçada pela distribuição dos periódicos (quadro 2), que evidencia a dispersão da produção científica em diferentes áreas do conhecimento, como administração pública, ciência da informação, tecnologia e direito.

Quadro 2 – Principais periódicos com publicações sobre governança de dados no setor público

Periódico	Nº de artigos
<i>Data & Policy</i>	7
<i>Government Information Quarterly</i>	6
<i>Records Management Journal</i>	6
<i>Journal of Modern Information</i>	5
<i>Policy Design and Practice</i>	5
<i>Library and Information Service</i>	4
<i>Aslib Journal of Information Management</i>	4
<i>Big Data & Society</i>	4

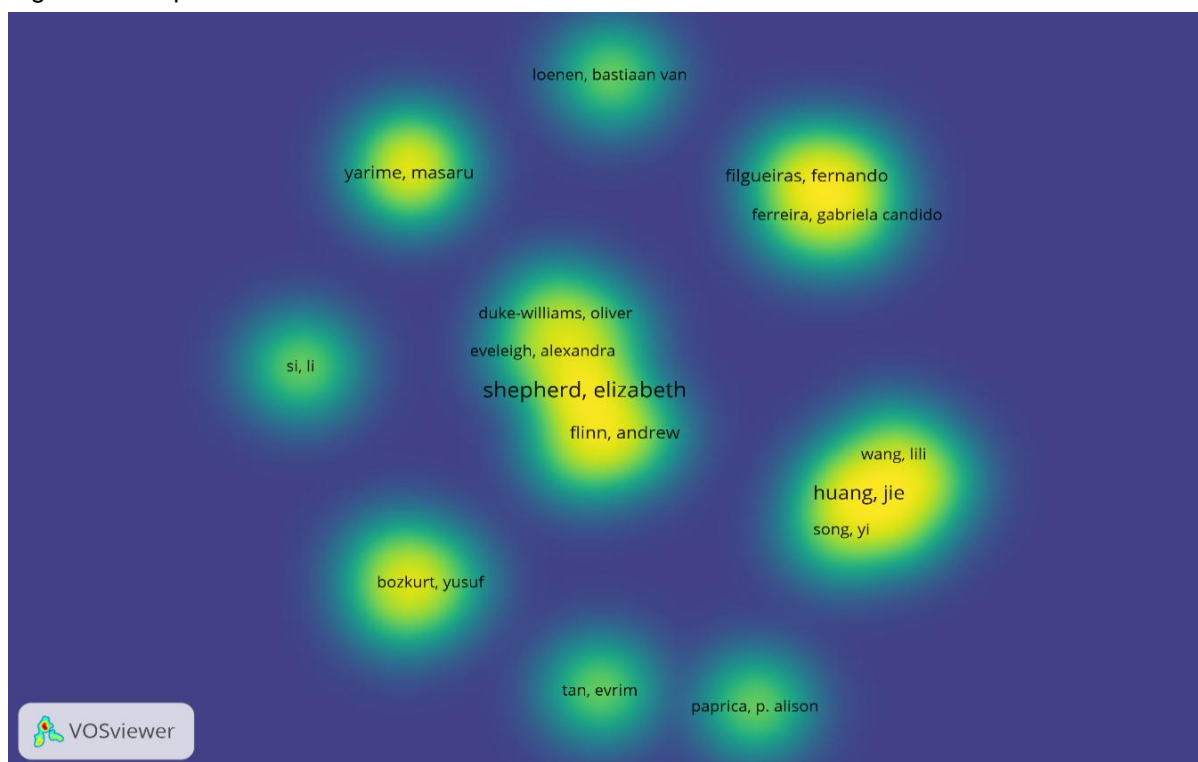
Fonte: dados da pesquisa (2026)

Embora essa diversidade reforce o caráter interdisciplinar do campo, também indica baixa convergência teórica, o que dificulta o avanço cumulativo do conhecimento e a consolidação de referenciais analíticos compartilhados.

Estrutura relacional da literatura: evidências bibliométricas

Com o objetivo de aprofundar a compreensão da organização do campo, foram realizadas análises bibliométricas com o auxílio do software *VOSviewer*, contemplando redes de coautoria e coocorrência de palavras-chave.

Figura 2 – Mapa de densidade da rede de coautoria dos autores



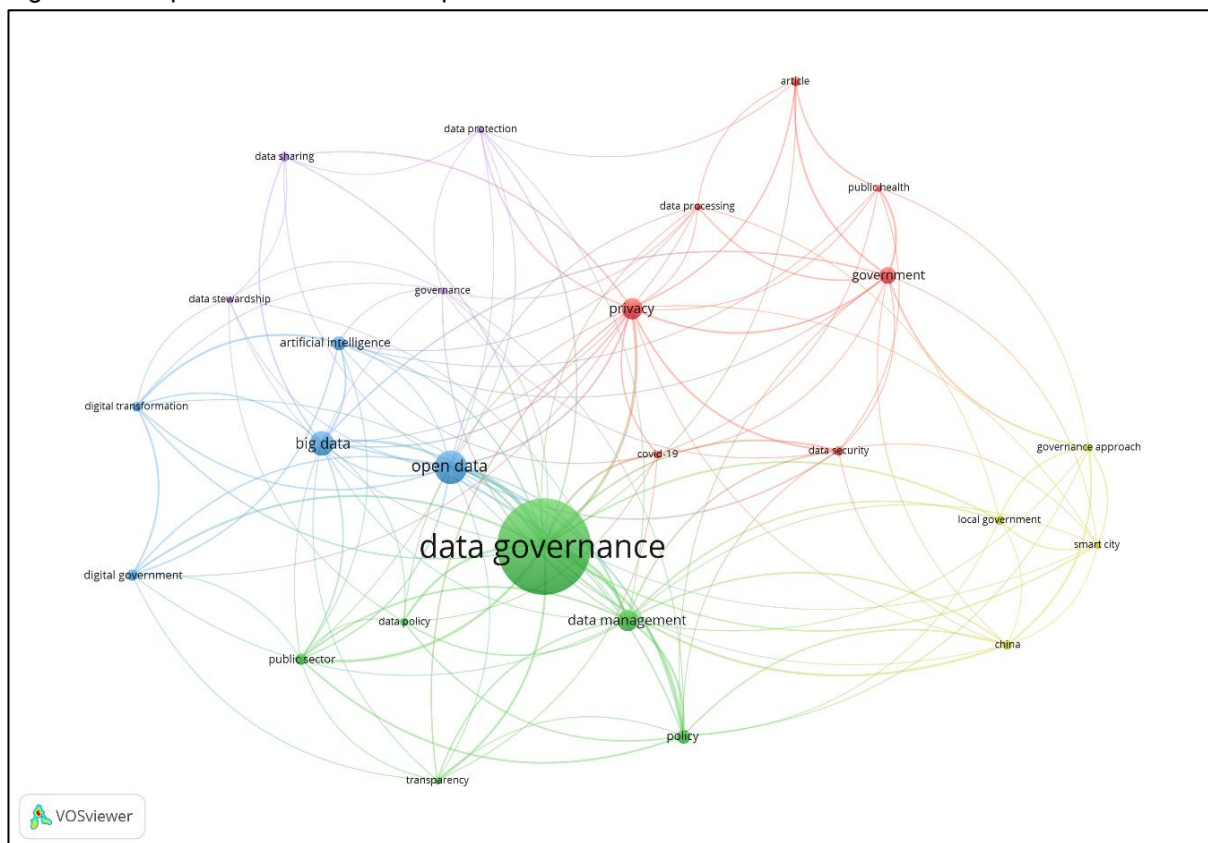
Fonte: dados da pesquisa (2026)

A análise de coautoria, baseada em um critério mínimo de dois documentos por autor, resultou em uma rede composta por 24 autores distribuídos em clusters relativamente definidos. A estrutura dessa rede revela que, embora existam núcleos de colaboração, há uma desconexão estrutural significativa entre eles. O grupo com maior destaque na rede de coautoria é liderado por Elizabeth Shepherd e Andrew Flinn. A produção desse núcleo foca na interseção entre a governança de informações, gestão de documentos e liberdade de informação (*freedom of information*), com ênfase em estudos sobre autoridades governamentais locais. Em paralelo, observa-se o protagonismo de autores como Fernando Filgueiras e Gabriela Ferreira, que analisam a governança sob a ótica das capacidades estatais e do combate à corrupção, e o grupo de Masaru Yarime e Xun Wu, voltado para a governança de Inteligência Artificial e inovação baseada em dados.

Esse padrão sugere que a produção científica se desenvolve em comunidades ou “silos” disciplinares (Gestão Documental, Ciência Política e Ciência de Dados), o que limita a circulação de ideias e a consolidação de um corpo teórico integrado. Esse resultado pode ser interpretado à luz das características da própria governança de dados no setor público, que ocorre em contextos caracterizados por múltiplos atores

e arranjos distribuídos, nos quais diferentes organizações atuam de forma autônoma e com níveis limitados de coordenação (Huang; Lyu, 2022). Portanto, a fragmentação observada nos mapas reflete, no campo científico, a própria fragmentação institucional observada nos contextos empíricos.

Figura 3 – Mapa de coocorrência de palavras-chave



Fonte: dados da pesquisa (2026)

Complementarmente, a análise de coocorrência de palavras-chave, a partir de 583 termos identificados no portfólio de 175 artigos, adotou um critério mínimo de 5 ocorrências, resultando em uma rede composta por 26 termos distribuídos em 5 clusters (figura 3).

A estrutura temática identifica a centralidade do termo “*Data Governance*”, que atua como o principal nó de ligação entre os domínios identificados. O cluster 1 (vermelho) demonstra uma forte preocupação com aspectos regulatórios, agrupando termos como “*Privacy*”, “*Data Security*” e “*Covid-19*”, refletindo como a crise sanitária global acelerou a necessidade de políticas de proteção de dados. Já o cluster 2 (verde) e o cluster 3 (azul) evidenciam a dimensão gerencial e tecnológica, conectando a governança a conceitos como “*Big Data*”, “*Artificial Intelligence*”, “*Open Data*” e “*Data Stewardship*”. Esse movimento sinaliza uma transição de modelos burocráticos tradicionais para ecossistemas sociotécnicos mais complexos.

Por fim, a rede revela eixos emergentes, como o cluster 4 (amarelo), focado em “*Smart Cities*”, o que demonstra a aplicação prática da governança em governos locais e contextos urbanos. Apesar da diversidade de clusters, observa-se uma convergência em torno de eixos estruturantes que indicam que o campo está amadurecendo para incorporar dimensões de valor público, ética e transparência. Essa fundamentação fornece o suporte empírico para a análise qualitativa detalhada na subseção seguinte.

Dimensões analíticas da governança de dados no setor público

A análise qualitativa dos nove artigos selecionados pelo índice InOrdinatio permitiu identificar quatro dimensões analíticas centrais: (i) implementação e adoção da governança de dados; (ii) modelos e estruturas de governança; (iii) regulação, ética e conformidade; e (iv) uso estratégico e geração de valor público. Essa etapa transcende a métrica numérica da bibliometria, focando no conteúdo semântico e nas contribuições teóricas que moldam o estado da arte do campo.

A tabela 1 apresenta o portfólio que sustenta esta análise. Esses estudos foram selecionados não apenas por sua relevância estatística (citações e fator de impacto), mas por sua capacidade de representar as tensões e inovações discutidas globalmente no contexto da administração pública.

Tabela 1 – Ranking dos artigos selecionados pelo índice InOrdinatio

	Autor	Título	Ano	Ci	FI	InOrdinatio
1	Haneem, Faizura; Kama, Nazri; Taskin, Nazim; Pauleen, David; Bakar, Nur Azaliah Abu	Determinants of master data management adoption by local government organizations: An empirical study	2019	195	28,8	522,54
2	Mustafa, Ghulam; Rafiq, Waqas; Jhamat, Naveed; Arshad, Zeeshan; Rana, Farhana Aziz	Blockchain-based governance models in e-government: a comprehensive framework for legal, technical, ethical and security considerations	2025	91	2,2	475,68
3	Carroll, Stephanie Russo; Rodriguez- Lonebear, Desi; Martinez, Andrew	Indigenous data governance: Strategies from united states native nations	2019	364	2,5	470,79
4	Benfeldt, Olivia; Persson, John Stouby; Madsen, Sabine	Data Governance as a Collective Action Problem	2020	250	10,3	452,25
5	Yukhno, Alexander	Digital Transformation: Exploring big data Governance in Public Administration	2024	96	1,9	336,37
6	Thompson, Nik; Ravindran, Ravi; Nicosia, Salvatore	Government data does not mean data governance: Lessons learned from a public sector application audit	2015	212	14,5	307,19
7	Donge, W. van; Bharosa, N.; Janssen, M. F. W. H. A.	Data-driven government: Cross-case comparison of data stewardship in data ecosystems	2022	72	14,5	283,74
8	Gegenhuber, Thomas; Mair, Johanna; Luehrsen, Rene; Thaeter, Laura	Orchestrating distributed data governance in open social innovation	2023	60	12,7	273,05
9	Donker, Frederika Welle; Loenen, Bastiaan van	How to assess the success of the open data ecosystem?	2017	215	6,7	270,16

Fonte: dados da pesquisa (2026)

A análise desse portfólio revela uma transição de paradigma: a governança de dados deixa de ser vista apenas como uma tarefa técnica de tecnologia da informação e passa a ser compreendida como um fenômeno institucional e relacional. Essa diversidade justifica a adoção de uma estrutura analítica integrada, sintetizada no quadro 3, que organiza as evidências empíricas e as interpretações derivadas da literatura.

Quadro 3 – Dimensões analíticas da governança de dados no setor público

Dimensão analítica	Síntese interpretativa	Evidências empíricas
Implementação e adoção da governança de dados	A adoção depende de capacidades organizacionais, suporte institucional e maturidade digital, sendo condicionada por desafios de coordenação.	Benfeldt, Persson e Madsen (2020); Haneem <i>et al.</i> (2019); Thompson, Ravindran e Nicosia (2015); Yukhno (2024)
Modelos e estruturas de governança	A governança varia entre modelos centralizados, distribuídos e baseados em ecossistemas.	Donge, Bharosa e Janssen (2022); Donker e Loenen (2017); Gegenhuber <i>et al.</i> (2023); Mustafa <i>et al.</i> (2025)
Regulação, ética e conformidade	Envolve privacidade, segurança da informação e conformidade legal no uso de dados públicos.	Benfeldt, Persson e Madsen (2020); Mustafa <i>et al.</i> (2025); Thompson, Ravindran e Nicosia (2015)
Valor público e uso estratégico dos dados	A governança viabiliza a geração de valor público a partir da qualidade e do uso estratégico dos dados.	Donge, Bharosa e Janssen (2022); Donker e Loenen (2017); Yukhno (2024)

Fonte: dados da pesquisa (2026)

As subseções a seguir aprofundam cada uma dessas dimensões, demonstrando que, embora apresentadas de forma separada para fins didáticos, elas operam de maneira interdependente ao longo do ciclo de vida dos dados.

Implementação e adoção da governança de dados

Os estudos indicam que a implementação da governança de dados no setor público é um processo organizacional complexo, cuja efetividade reside na capacidade institucional de estruturar práticas de gestão, e não meramente na aquisição de ferramentas tecnológicas.

O estudo de Haneem *et al.* (2019) aprofunda essa questão ao investigar os determinantes da adoção da gestão de dados mestres em governos locais por meio do modelo TOE (*Technology-Organization-Environment*). Essa estrutura teórica sugere que a inovação não depende apenas da ferramenta em si (contexto tecnológico), mas da prontidão da estrutura administrativa (contexto organizacional) e das pressões externas ou regulatórias (contexto ambiental).

Segundo Haneem *et al.* (2019), a “qualidade intrínseca dos dados” e o “suporte da alta gestão” não são apenas facilitadores, mas preditores críticos. No contexto público, a resistência à mudança é frequentemente alimentada pela ausência de uma definição clara de papéis de *stewardship* (curadoria). Sem que existam “zeladores” formais dos dados dentro das secretarias, a padronização torna-se impossível, resultando em informações fragmentadas que não podem ser integradas para políticas públicas transversais.

Complementando essa visão, Benfeldt, Persson e Madsen (2020) propõem uma mudança de perspectiva ao categorizar a governança de dados como um problema de ação coletiva. Essa abordagem, oriunda das ciências políticas e sociais, sustenta que o desafio da governança reside na dificuldade de alinhar múltiplos atores que possuem interesses heterogêneos em torno de um recurso comum.

Para os autores, a implementação enfrenta seis desafios interdependentes que precisam ser superados de forma narrativa e integrada, a saber: (a) a definição do valor, relacionada à dificuldade em demonstrar o retorno social do investimento em dados; (b) a colaboração, que esbarra na barreira histórica de departamentos que operam como silos isolados; (c) as capacidades, dada a escassez de competências analíticas e técnicas no corpo burocrático; (d) a visão geral, referente à falta de um

inventário consolidado dos ativos de dados existentes; (e) as práticas, pela inexistência de rotinas e padrões compartilhados de coleta; e (f) a política, envolvendo as disputas de poder e autoridade sobre o controle da informação oficial.

Dessa forma, a governança surge como um esforço de alinhamento desses interesses. Thompson, Ravindran e Nicosia (2015) reforçam que a simples existência de “dados governamentais” não implica em “governança de dados”. Em auditorias realizadas em sistemas policiais e de saúde, os autores demonstraram que, sem mecanismos de *accountability* (prestação de contas e responsabilização), os dados sofrem um processo de “deterioração” ou “podridão” (*data rot*), perdendo sua integridade e utilidade ao longo do tempo por falta de manutenção e supervisão contínua.

Modelos e estruturas de governança

A literatura recente revela uma mudança paradigmática nos arranjos institucionais, transitando de modelos centralizados e hierárquicos para estruturas distribuídas e baseadas em ecossistemas. Conforme analisado por Donge, Bharosa e Janssen (2022), a governança de dados no setor público não pode mais ser restrita às fronteiras de uma única agência, uma vez que o “governo orientado a dados” (*data-driven government*) depende da colaboração com atores privados, cidadãos e outras esferas estatais. Esse modelo de ecossistema baseia-se na interdependência, exigindo que o Estado assuma o papel de curador e orquestrador de fluxos informacionais, em vez de apenas detentor isolado da custódia dos dados.

Nesse contexto de descentralização, Gegenhuber *et al.* (2023) introduzem o conceito de orquestração da governança de dados distribuída. Os autores utilizam o exemplo de inovações sociais abertas (como os *hackathons* governamentais) para demonstrar que a governança em ambientes abertos deve equilibrar três dimensões fundamentais: (a) a abertura, que se refere à disposição e facilidade em partilhar dados e informações de forma livre; (b) a *accountability*, que envolve a disposição dos participantes em assumir responsabilidades pelos resultados e pelo uso ético desses dados; e (c) o poder, que diz respeito à autoridade para definir regras, padrões e direcionamentos dentro do projeto. Segundo os autores, o sucesso desses modelos distribuídos não advém de ordens diretas, mas de uma orquestração que facilite a coordenação mútua entre atores que participam voluntariamente do processo.

A complexidade desses modelos é elevada com a integração de tecnologias emergentes. O estudo de referência de Mustafa *et al.* (2025) avalia o potencial do *blockchain* como um modelo de governança para o governo eletrônico (*e-government*). Diferente dos sistemas tradicionais, esse modelo propõe uma estrutura de confiança descentralizada, em que a integridade do dado é garantida por algoritmos de consenso, e não apenas por uma autoridade central. Entretanto, Mustafa *et al.* (2025) alertam que a adoção de tais modelos exige um alinhamento rigoroso entre a arquitetura técnica e os requisitos legais, destacando que a governança digital moderna é um arranjo contingencial: não existe um modelo único (*one-size-fits-all*), mas, sim, estruturas que devem ser adaptadas conforme o nível de maturidade tecnológica e o contexto político-legal de cada país.

Por fim, essa transição para ecossistemas sociotécnicos complexos exige o que Yukhno (2024) descreve como a criação de um ecossistema digital unificado. Para o autor, a governança de *Big Data* na administração pública deve ser o alicerce para a transformação do modelo de “governo eletrônico” (focado apenas na digitalização de serviços existentes) para o “governo digital”, onde a inteligência de dados permite que

o Estado atue de forma proativa e preditiva, antecipando as necessidades da sociedade e entregando valor público de forma contínua.

Regulação, ética e conformidade

A dimensão regulatória é o pilar que sustenta a confiança pública no uso dos dados estatais, sendo que a sua negligência gera riscos que ultrapassam a esfera técnica, atingindo as dimensões reputacional e legal das instituições. Thompson, Ravindran e Nicosia (2015) reforçam que a ausência de controles rigorosos de acesso e auditoria fragiliza a integridade do setor público. Os autores argumentam que a governança deve estabelecer regras claras de supervisão para garantir que a transparência — um princípio basilar da administração moderna — não comprometa o direito fundamental à privacidade dos cidadãos.

A introdução de tecnologias emergentes adiciona novas camadas de complexidade a esse cenário. Segundo Mustafa *et al.* (2025), inovações como o *blockchain* exigem um alinhamento fino entre as suas funcionalidades técnicas (como a imutabilidade dos registros) e os princípios éticos de conformidade, especialmente face a marcos como o GDPR (*General Data Protection Regulation*). O desafio regulatório contemporâneo consiste em integrar as exigências legais de proteção de dados com a necessidade de inovação. Mustafa *et al.* (2025) sublinham que a governança deve atuar como um mediador, garantindo que a descentralização tecnológica não resulte numa diluição da responsabilidade legal, mantendo sempre a rastreabilidade das ações estatais.

Para além da conformidade legal estrita, a ética na governança de dados ganha uma dimensão social profunda com o conceito de soberania de dados, explorado por Carroll, Rodriguez-Lonebear e Martinez (2019). Ao analisarem as estratégias de nações indígenas, os autores demonstram que a governança não deve ser apenas sobre “como” gerir dados, mas sobre “quem” tem o direito de decidir sobre eles.

Essa perspectiva desafia a visão tradicional de que todos os dados públicos devem ser “abertos” por padrão, argumentando que existem contextos em que a proteção da identidade coletiva e o controle sobre o conhecimento comunitário devem prevalecer. Assim, a governança ética evolui para um modelo de autodeterminação informativa, em que o Estado deve respeitar os direitos das comunidades sobre as suas próprias informações, equilibrando o interesse público geral com a proteção de grupos vulneráveis ou minoritários.

Uso estratégico e geração de valor público

Por fim, a governança de dados atua como o elemento habilitador da inteligência governamental e da criação de valor para a sociedade. A literatura demonstra que a referida governança não gera valor por si só, mas estabelece as condições de confiança e qualidade necessárias para que o dado se transforme num ativo estratégico. Segundo Yuxhno (2024), a subutilização de grandes volumes de dados disponíveis em órgãos públicos é um sintoma de que a disponibilidade tecnológica é insuficiente se não houver uma capacidade organizacional para interpretar e aplicar a informação. O autor defende que o valor público é o resultado da transição para um Estado onde o dado é o centro da tomada de decisão, permitindo que a administração seja não apenas mais eficiente, mas também mais justa e responsiva às demandas dos cidadãos.

Nessa linha, Donker e Loenen (2017) propõem uma mudança na forma como o sucesso das iniciativas de dados, especialmente os dados abertos (*open data*), é avaliado. Para os autores, o sucesso de um ecossistema de dados não deve ser

medido meramente pela quantidade de conjuntos de dados publicados, mas pela sua sustentabilidade e pelo impacto real gerado. A governança funciona, portanto, como o “adesivo” que mantém o ecossistema coeso, garantindo que os dados sejam não apenas abertos, mas também utilizáveis, interoperáveis e confiáveis a longo prazo.

A integração de dados entre diferentes agências, conforme discutido por Donge, Bharosa e Janssen (2022), potencializa essa geração de valor ao permitir que o Estado responda de forma ágil e precisa a problemas complexos que extrapolam as competências de uma única secretaria. Em suma, o uso estratégico dos dados, sustentado por uma governança de dados robusta, permite que a administração pública evolua de um modelo reativo para um modelo proativo, onde a informação serve para antecipar crises, otimizar recursos e fortalecer a transparência democrática.

Integração entre a análise bibliométrica e a análise qualitativa

Os resultados da análise bibliométrica constituíram a base para a interpretação qualitativa desenvolvida neste estudo. Os mapas de coocorrência de palavras-chave evidenciaram a existência de diferentes núcleos temáticos, concentrados em termos como *data governance*, *open government data*, *information governance*, *public administration* e *digital government*. Embora relacionados, esses agrupamentos apresentaram reduzida densidade de conexões, indicando que a produção científica ainda se desenvolve em perspectivas relativamente independentes.

De forma semelhante, a análise das redes de coautoria revelou baixa integração entre pesquisadores e grupos de pesquisa, caracterizada por pequenas redes colaborativas e reduzida interação internacional. Esse padrão reforça certa fragmentação da área e a necessidade de consolidação de referenciais teóricos compartilhados.

Os *rankings* obtidos pelo *Methodi Ordinatio* permitiram identificar os estudos de maior relevância científica. A leitura aprofundada desses artigos confirmou os indícios observados na bibliometria. Embora os estudos compartilhem o interesse pela governança de dados no setor público, percebeu-se diferentes objetos de análise, perspectivas teóricas e níveis institucionais, o que explica a formação dos silos disciplinares identificados nos mapas bibliométricos.

Ao mesmo tempo, a análise qualitativa demonstrou que, apesar dessa diversidade, existem elementos convergentes que permitem estruturar o conhecimento produzido em quatro dimensões analíticas integradas: implementação e adoção; modelos e estruturas de governança; regulação e conformidade; e uso estratégico para geração de valor público. Dessa forma, os resultados qualitativos complementam a bibliometria ao mostrar que a fragmentação observada nas redes científicas não impede a identificação de padrões conceituais comuns, contribuindo para uma compreensão mais integrada da governança de dados no setor público.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar e sistematizar a produção científica sobre governança de dados no setor público, a partir de uma revisão sistemática da literatura apoiada no *Methodi Ordinatio*. Os resultados evidenciam que, embora o campo apresente crescimento expressivo nos últimos anos, sua consolidação teórica ainda é limitada por uma fragmentação disciplinar, na qual os núcleos de pesquisa operam em silos (Gestão Documental, Ciência Política e Ciência de Dados) com baixa interconectividade. Essa fragmentação, detectada visualmente nos mapas de

coocorrência de palavras-chave, reflete a ausência de um vocabulário comum entre a tecnologia e a gestão pública.

A análise realizada demonstrou que a governança de dados no setor público se estrutura em quatro dimensões interdependentes — implementação, modelos de governança, regulação e uso estratégico dos dados — as quais apresentam níveis distintos de desenvolvimento na literatura.

Os resultados desta revisão permitem concluir que a governança de dados deve ser compreendida como uma capacidade organizacional estratégica, e não apenas como um conjunto de soluções tecnológicas. Os estudos analisados demonstram que a governança bem-sucedida, que possa ampliar a visão integrada entre os departamentos, depende da definição clara de papéis e responsabilidades, da coordenação entre órgãos públicos, do fortalecimento das capacidades institucionais e da construção de mecanismos permanentes de qualidade, segurança e compartilhamento dos dados.

Em relação aos modelos de governança, evidencia-se a transição para arranjos mais distribuídos, o que amplia a complexidade da coordenação entre atores e exige novas formas de articulação institucional.

Desse modo, é importante que os modelos tradicionais de gestão da informação possam se transformar em ecossistemas colaborativos, nos quais diferentes organizações públicas, atores privados e cidadãos participem da produção e utilização dos dados. Esse movimento amplia o potencial de geração de valor público, mas também aumenta a necessidade de mecanismos de coordenação, interoperabilidade e responsabilização.

A revisão também evidencia que aspectos éticos e regulatórios deixaram de representar apenas requisitos legais para se tornar elementos estruturantes da governança de dados. A proteção da privacidade, a transparência, a soberania dos dados e a utilização responsável da Inteligência Artificial passam a integrar as decisões estratégicas das organizações públicas.

A partir desses resultados, destaca-se que a governança de dados no setor público deve ser concebida de forma sistêmica. Iniciativas voltadas à governança não devem se limitar à adoção de tecnologias, mas contemplar o desenvolvimento de capacidades institucionais e o fortalecimento de mecanismos de coordenação.

Como principal contribuição, este estudo propõe uma estrutura integrada composta por quatro dimensões analíticas que sintetizam o conhecimento produzido sobre governança de dados no setor público. Essa estrutura pode servir como referência para futuras pesquisas e, também, apoiar gestores públicos na implementação de modelos de governança mais consistentes, capazes de transformar dados em instrumentos efetivos para melhoria das políticas públicas e da geração de valor para a sociedade. No entanto, apesar das contribuições, o estudo apresenta limitações. A utilização do *Methodi Ordinatio* implica a priorização de estudos com maior impacto bibliométrico, o que pode restringir a inclusão de pesquisas emergentes, além de que o recorte nas bases *Scopus* e *Web of Science* pode limitar a diversidade geográfica e linguística da literatura analisada.

Diante dessas limitações, sugere-se que pesquisas futuras avancem na realização de estudos empíricos que investiguem a implementação da governança de dados em diferentes contextos institucionais, com especial atenção para o cenário brasileiro pós-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Recomenda-se também o aprofundamento das análises sobre como a governança pode mediar a relação entre a transparência administrativa e a satisfação do cidadão. Por fim, percebe-se que a governança de dados constitui um campo em consolidação, cuja

evolução depende da produção de evidências que permitam avançar na compreensão de sua efetividade prática.

Referências

ABRAHAM, Rene; SCHNEIDER, Johannes; VOM BROCKE, Jan. Data governance: A conceptual framework, structured review, and research agenda. **International Journal of Information Management**, v. 49, p. 424-438, 1 dez. 2019. DOI: 10.1016/j.ijinfomgt.2019.07.008.

ALMEIDA, Bethania de Araujo *et al.* Personal data usage and privacy considerations in the COVID-19 global pandemic. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 25, n. supl. 1, p. 2487-2492, jun. 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.1.11792020.

BARBIERI, Carlos. **Governança de dados: práticas, conceitos e novos caminhos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

BENFELDT, Olivia; PERSSON, John Stouby; MADSEN, Sabine. Data governance as a collective action problem. **Information Systems Frontiers**, v. 22, n. 2, 2020. DOI: 10.1007/s10796-019-09923-z.

BRASIL. **Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados na Administração Pública federal, 9 out. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10046.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. **Impactos econômicos das ações de interoperabilidade implementadas pelo Programa Conecta GOV.BR**. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Acesso em: 16 jun. 2025.

CALZADA, Igor; ALMIRALL, Esteve. Data ecosystems for protecting European citizens' digital rights. **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.1108/TG-03-2020-0047.

CARDOSO, Fabiana Ferreira; MOREIRA, Kleyton Matos; PARENTE, Ronaldo Vasconcelos. Governança digital: uma estratégia para o sucesso da transformação digital na educação pública federal. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 9, p. e1795, 2025. Disponível em: <https://sitionovo.iftto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1795>. Acesso em: 29 jun. 2026.

CARROLL, Stephanie Russo; RODRIGUEZ-LONEBEAR, Desi; MARTINEZ, Andrew. Indigenous data governance: strategies from united states native nations. **Data Science Journal**, v. 18, n. 1, 2019. DOI: 10.5334/dsj-2019-031.

CARVALHO, Rafael de C.; MELO, Claudia de O. Tomada de decisão baseada em dados: avaliando a visualização de informação em dash boards. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI), 14., 2018, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Porto Alegre: SBC, 2018.

DAMA. **DAMA-DMBOK**: data management body of knowledge. 2. ed. Nova Jersey, EUA: DAMA Internacional, 2017.

DEPIETRO, Rocco; WIARDA, Edith; FLEISCHER, Mitchell. The context for change: organization, technology and environment. *In*: TORNATZKY, Louis G.; FLEISCHER, Mitchell (org.). **The processes of technological innovation**. Lexington, MA: Lexington Books, 1990. p. 151-175.

DONGE, W. van; BHAROSA, N.; JANSSEN, M. F. W. H. A. Data-driven government: cross-case comparison of data stewardship in data ecosystems. **Government Information Quarterly**, v. 39, n. 2, abr. 2022. DOI: 10.1016/j.giq.2021.101642.

DONKER, Frederika Welle; LOENEN, Bastiaan van. How to assess the success of the open data ecosystem? **International Journal of Digital Earth**, v. 10, n. 3, p. 284-306, mar. 2017. DOI: 10.1080/17538947.2016.1224938.

GEGENHUBER, Thomas *et al.* Orchestrating distributed data governance in open social innovation. **Information And Organization**, v. 33, n. 1, 2023. DOI: 10.1016/j.infoandorg.2023.100453.

HANEEM, F. *et al.* Determinants of master data management adoption by local government organizations: an empirical study. **International Journal of Information Management**, v. 45, p. 25-43, 2019. DOI: 10.1016/j.ijinfomgt.2018.10.007.

HUANG, Vincent Guangsheng; LYU, Yuexin. The interactive field of open government data: inter-administrative dynamics, trans-local networks, and local geopolitics of environmental data activism in China. **Information Communication and Society**, v. 25, n. 16, p. 2427-2446, dez. 2022. DOI: 10.1080/1369118X.2022.2128848.

KHATRI, Vijay; BROWN, Carol V. Designing data governance. **Communications of the ACM**, v. 53, n. 1, p. 148-152, jan. 2010. DOI: 10.1145/1629175.1629210.

KUZIO, Jacqueline *et al.* Building better global data governance. **Data and Policy**, v. 4, n. 4, 2022. DOI: 10.1017/dap.2022.17.

LI, Veronica Q. T.; MA, Liang; WU, Xun. Covid-19, policy change, and post-pandemic data governance: a case analysis of contact tracing applications in East Asia. **Policy and Society**, v. 41, n. 1, 2022. DOI: 10.1093/polsoc/puab019.

MOORE. **Creating public value**: strategic management in government. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001.

MUSTAFA, Ghulam *et al.* Blockchain-based governance models in e-government: a comprehensive framework for legal, technical, ethical and security considerations. **International Journal of Law and Management**, v. 67, n. 1, 2025. DOI: 10.1108/IJLMA-08-2023-0172.

NIKIFOROVA, Anastasija *et al.* Theorizing the evolution of public data ecosystems: an empirically grounded multi-generational model and future research agenda.

Government Information Quarterly, v. 42, n. 3, 2025. DOI: 10.1016/j.giq.2025.102062.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, dez. 2015. DOI: 10.1007/s11192-015-1744-x.

PAGANI, Regina Negri *et al.* Methodi Ordinatio 2.0: revisited under statistical estimation, and presenting Flnder and Rankln. **Quality & Quantity**, v. 57, n. 5, p. 4563-4602, 1 out. 2023. DOI: 10.1007/s11135-022-01562-y.

SHEPHERD, Elizabeth *et al.* Risk identification and management for the research use of government administrative data. **Records Management Journal**, v. 30, n. 1, 2020. DOI: 10.1108/RMJ-03-2019-0016.

SHEPHERD, Elizabeth; STEVENSON, Alice; FLINN, Andrew. Information governance, records management, and freedom of information: A study of local government authorities in England. **Government Information Quarterly**, v. 27, n. 4, 2010. DOI: 10.1016/j.giq.2010.02.008.

SHEPHERD, Elizabeth; STEVENSON, Alice; FLINN, Andrew. Freedom of Information and records management in local government: Help or hindrance. **Information Polity**, v. 16, n. 2, 2011a. DOI: 10.3233/IP-2011-0229.

SHEPHERD, Elizabeth; STEVENSON, Alice; FLINN, Andrew. Records management in English local government: The effect of freedom of information. **Records Management Journal**, v. 21, n. 2, 2011b. DOI: 10.1108/09565691111152053.

THOMPSON, Nik; RAVINDRAN, Ravi; NICOSIA, Salvatore. Government data does not mean data governance: Lessons learned from a public sector application audit. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 3, 2015. DOI: 10.1016/j.giq.2015.05.001.

YUKHNO, Alexander. Digital transformation: exploring big data governance in Public Administration. **Public Organization Review**, v. 24, n. 1, 2024. DOI: 10.1007/s11115-022-00694-x.

Informações complementares

Descrição	Declaração
Financiamento	Não se aplica.
Aprovação ética	Não se aplica.
Conflito de interesses	Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes	O trabalho não é um <i>preprint</i> e os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos neste artigo.
Uso de Inteligência Artificial	Sim. Foi utilizada ferramenta de Inteligência Artificial generativa como apoio auxiliar no processo de revisão textual do manuscrito. O uso da IA restringiu-se à identificação de problemas de clareza, fluidez textual, correções ortográficas e gramaticais, sugestões de

		adequação da linguagem acadêmica e apoio à tradução dos resumos para inglês e espanhol.
CrediT	Francimayra Oliveira Cardoso	Funções: conceituação; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; visualização; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição.
	Alexandre de Souza Corrêa	Funções: conceitualização, análise formal, supervisão, validação, escrita – revisão e edição.

Avaliadores: Me. Carlos Luis Mafumissa* (Universidade Lúrio. Nampula, Moçambique). O avaliador “A” optou pela avaliação fechada e pelo anonimato.

Revisora do texto em português: Jéssica Rejane Lima.

Revisora do texto em inglês: Patrícia Luciano de Farias Teixeira Vidal.

Revisora do texto em espanhol: Jéssica Rejane Lima.

Como citar (ABNT):

CARDOSO, Francimayra Oliveira; CORRÊA, Alexandre de Souza. Governança de dados no setor público: caracterização do estado da arte por bibliometria e revisão sistemática. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 10, p. e2236, 2026. DOI: 10.47236/2594-7036.2026.v10.2236. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/2236>.

* Optou pela avaliação fechada e autorizou a divulgação da identidade como avaliador no trabalho publicado e do parecer na página da Revista.